



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ata da 3ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, referente ao 2º Período da 3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura, realizada no dia 18 de agosto de 2015. _____

1

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, **sob a Presidência do Vereador Júlio César Ferrare Cecotti**, realizou-se a Terceira Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–ES, referente ao Segundo Período da Terceira Sessão Legislativa da Sétima Legislatura, com início às quatorze horas e dez minutos, ocasião em que não foram constatadas ausências. / Na abertura dos trabalhos, o Vereador Ely Escarpini a leitura da passagem bíblica. / A seguir, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Indicações:** 1557, 1577, 1578, 1579, 1580 e 1581/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior; 1558 e 1559/2015 – Leonardo Pacheco Pontes; 1560, 1561, 1562 e 1563/2015 – Alexandre Andreza Macedo; 1564 e 1565/2015 – Delandi Pereira Macedo; 1566, 1567, 1568 e 1569/2015 – José Carlos Amaral; 1570, 1571, 1572, 1573, 1574, 1575, 1576, 1582 e 1583/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 1584, 1585 e 1586/2015 – Alexandre Valdo Maitan. **Requerimentos:** 1330/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 1331, 1332, 1333, 1334, 1335, 1336, 1337, 1338 e 1339/2015 – Delandi Pereira Macedo; 1340 e 1341/2015 – Brás Zagotto; 1342, 1343, 1356, 1357, 1358, 1359, 1360, 1361, 1362, 1363 e 1364/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 1344, 1345, 1346, 1347, 1348, 1349, 1350, 1351, 1352, 1353, 1354 e 1355/2015 – José Carlos Amaral. **Projetos de Lei:** 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164 e 165/2015 – David Alberto Lóss. **Projetos de Decreto Legislativo:** 266/2015 – Alexandre Bastos Rodrigues; 267, 268 e 270/2015 – Lucas Moulais; 269/2015 – José Carlos Amaral; 271/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 272, 273 e 274/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior. **Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município:** 03/2015 – Poder Executivo. **Ofícios:** 2381/2015 – Maury Bayerl – Presidente Municipal do PPL – Partido Pátria Livre; 2467/2015 – Rogério da Silva Athayde – Coordenador Executivo de Defesa do Consumidor; 2405/2015 – Romildo Ribeiro Tavares – Diretor Executivo do Sindirochas; 2377, 2378, 2379, 2380, 2382, 2383, 2384, 2385, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397 e 2398/2015 – PMCI – Umberto Batista da Silva Júnior – Coordenador Executivo de Relações Políticas. / **José Carlos Amaral, levantando questão de ordem:** — Registra que o desrespeito para com a Câmara Municipal é enorme, basta ver que a Neuza Sabadine está fora do Legislativo há muito tempo e só agora a prefeitura mandou a resposta a um pedido dela enquanto esteve vereadora. Diante disso, propõe que a Casa seja fechada para balanço. / Na sequência, passamos ao **Pequeno Expediente**, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / **Luis**
“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2

Guimarães de Oliveira: — Inicia lamentando que os servidores da prefeitura, no caso, os agentes de endemias e de saúde, continuem sem uma resposta para a situação da categoria. Segue salientando que é triste ouvir dizer que uma unidade de saúde não possui o básico para funcionar, enquanto o secretário da pasta ainda tem coragem de se defender dizendo que o nome dele não aparece mais na TV Gazeta. Cita que, se o nome do secretário não vai mais parar na imprensa, é porque alguém deve estar segurando, razão pela qual os vereadores devem começar a gritar da tribuna, visto que o povo não pode ficar à mercê dessa situação, onde faltam coisas básicas nos postos. Indaga como podem deixar de vacinar a população simplesmente porque falta dinheiro para comprar uma camiseta. Aponta que, nesse caso, os funcionários deveriam ter ido com roupa de casa, uma camisa branca, mas não poderiam deixar de vacinar por causa disso. Comenta que sabe agradecer quando algo de bom é feito; entretanto, lamenta que a maioria das coisas da administração estejam erradas, basta ver que as estradas do interior estão todas ruins, os postos de saúde e algumas escolas não funcionam, a exemplo da de Córrego dos Monos, onde, se ele mesmo e os meninos da sua equipe não tomarem a providência de limpar, as cobras poderão morder as crianças, tamanha quantidade de mato. Reportando-se aos agentes, diz que eles já deveriam estar recebendo o piso de 1 mil e 14 reais, até porque não ganham tíquete nem passagem, além de não terem nenhuma condição de trabalho, embora o atual governo do Município seja do Partido dos Trabalhadores, o mesmo que tanto reivindicou isso no passado. Continua lamentando a situação da saúde no Município, ressaltando que de fato não são os vereadores os responsáveis por conseguir consultas, e sim os postinhos; então, como isso não acontece, as pessoas acabam pedindo ajuda aos parlamentares, admitindo que ele mesmo tem uma amiga precisando fazer uma ressonância e uma tomografia de cada joelho, o que pode demorar dois anos para conseguir. Repete que, mesmo diante desse quadro, o secretário afirma que não é criticado pela TV Gazeta porque a secretaria dele está toda certinha; assim, diz que, enquanto vereador, continuará a reclamar da tribuna e também cobrará da prefeitura melhores condições de atendimento para o povo e o pagamento do direito dos funcionários. Lembra que esses servidores deveriam estar trabalhando alegres, recebendo o salário já estabelecido em lei, apesar de ter sido dito que é preciso esperar a edição de um decreto ou portaria. Cita que, conforme palavras do secretário de Saúde, esse dinheiro estaria depositado no Fundo Municipal de Saúde, coisa que nem aparece no Portal da Transparência. Finaliza determinando que a sua assessoria faça um pedido de informação para saber quanto há de dinheiro no Fundo Municipal de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim. / **José Carlos Amaral:** — Registra que, conforme anunciou na semana passada, encaminhou ao Ministério Público a situação da praça do Conjunto Ruy Pinto Bandeira. Acrescenta que bastou se pronunciar na Câmara e enviar tudo ao Ministério Público para, três dias depois, a prefeitura fazer um aditivo referente àquela obra. Avisa que não vai adiantar remendar o erro, pois o aditivo vai deixar tudo pior, já que a obra está parada, o empreiteiro, da Construtora Três Marias, não recebeu e o abandono fez do local a casa das drogas. Recorda ainda que também questionou sobre a situação do lixo dos hospitais e mostra ter em mãos o Contrato 02/2012, ainda em vigor, destacando que o 01 está no Diário Oficial. Segue solicitando que alguém lhe informe

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

se esse contrato de prestação de serviço de limpeza pública, envolvendo transporte, destinação e serviço de saúde, está em vigor. Já que o contrato fala em qualquer tipo de coleta da área de saúde e está em vigor, questiona por que fazer um aditivo emergencial às pressas, no prazo de 180 dias. Destaca que o Contrato 02 foi feito pelo valor de 763 mil reais mensais, enquanto o 01 é de 137 mil reais e que, como pararam de recolher o lixo dos hospitais, das farmácias e dos consultórios, está aguardando uma baixa no valor contratual, já que esse serviço deixará de ser prestado. Repete que está no aguardo dessas informações, visto que contesta essa empresa desde que ela veio para Cachoeiro. Avisa que, antes mesmo dessas informações lhe serem entregues, dará uma passada no Ministério Público, porque agora está muito mais fácil alcançar resultados fazendo isso, enquanto que falando da tribuna da Câmara as coisas entram por um ouvido e saem por outro. Frisa que agora já sabe o caminho das pedras e que semanalmente enviará denúncias ao Ministério Público, dando pelo menos trabalho e aguardando as respostas. Esclarece suas palavras, informando que o Ministério Público chama as pessoas para prestar depoimentos e que algumas já reclamaram com ele por estarem cansadas de serem convocadas por esse órgão. Aponta que age dessa forma, porque não lhe dão a resposta correta. Registra como exceção o Secretário Paulo, que sempre atende à Câmara com carinho e respeito ao vereador, ao contrário de outros que se acham acima da verdade. Segue criticando o prazo dado pelo Secretário Fassarella quanto à suspensão da coleta do lixo hospitalar e antecipa que serão questionados na justiça todos os itens desse contrato, até porque já existe, desde o governo de Valadão, uma ação sua contra essa empresa. Comenta que toda quarta-feira ele ou o seu advogado vai ao Ministério Público pedir respostas rápidas para muitos dos casos que vêm acontecendo. Pontua que o Prefeito Casteglione está muito mal assessorado por ter um secretário de Obras que não sabe nem o que é uma planilha, enquanto que um desenhista, desconhecedor até do que seja uma penicilina, está à frente da pasta de Saúde. Analisa que está na hora de o Prefeito Casteglione dar um tapa na mesa e mudar essa situação. Ressalta que foi convidado para assumir uma secretaria em um Município vizinho e não aceitou por saber que precisaria ter ao seu lado um engenheiro que lhe mostrasse o que fazer, pois não tinha o conhecimento necessário para atuar no cargo que lhe fora oferecido. Continua o seu pronunciamento, dizendo que a prefeitura está cheia de gente só assinando coisas que o caboclinho manda, o que pode ser comprovado em algumas respostas que chegam à Câmara, sendo que ele, Amaral, vê que é por isso que o governo de Casteglione está travado, com várias obras paralisadas, a exemplo das da Rua José Calegário, do restaurante popular e da vila olímpica. Encerra dizendo que o prefeito leva tinta e cacetada por ter colocado pessoas incompetentes para atuarem em lugar errado. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Ocupa a tribuna para explicar uma indicação de projeto de lei que encaminhou, tendo em vista o seu entendimento de que só não proporá aquilo que não demandar divergência de entendimento jurídico. Entendendo que esse projeto seria uma iniciativa exclusiva do Poder Executivo, diz tê-lo feito em forma de indicação para que, se assim compreender, o prefeito o encaminhe à Câmara. Esclarece que o projeto em tela dispõe sobre o horário especial para os servidores e empregados do Município quando forem responsáveis por portadores de necessidades especiais que requeiram atenção e um

3

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4

acompanhamento mais adequado. Informa que o Senador Romário já havia apresentado um projeto nessa mesma linha e acrescenta que recentemente o Jornal A Tribuna divulgou uma matéria dando conta de que a justiça condenou a Cesan a reduzir em 50% a carga horária de uma funcionária para que ela pudesse melhor acompanhar o filho que tem Síndrome de Down, com a juíza levando em conta o direito de proteção à criança. Afirma que é cientificamente comprovado que a atenção dos pais na condução do tratamento junto à criança traz melhores benefícios e até agiliza o resultado final. Então, baseado na proposta apresentada pelo Senador Romário e nessa condenação da justiça, pensou no interesse do incapaz que precisa de um acompanhamento, seja criança ou idoso, e protocolou a Indicação 1581/2015 a ser enviada ao prefeito para que ele, caso entenda a necessidade de tal projeto, possa apresentá-lo, regulamentando tudo. Finalizando, lembra que, através de uma indicação do ex-vereador Roberto Bastos, foi estendida a licença maternidade dos servidores do Município de quatro meses, como diz a Constituição Federal, para seis meses. / **David Alberto Lóss:** — Informa que, nos dias 19, 20 e 21/08, no auditório do IFES, Polo da UAB – Universidade Aberta do Brasil, acontecerá a 1ª Semana de História e Cultura, tendo por palestrante o Professor João Eurípedes Franklin Leal, que virá do Rio de Janeiro. Ressalta que, ao mesmo tempo, o Professor João receberá a Comenda Rubem Braga, em nível estadual, ofertada por uma deputada, e também um Título Honorífico Heródoto, que é o pai da história, concedido pela Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, sendo essa uma iniciativa do Vereador José Carlos Amaral. Registra que a Câmara homenageará um professor de história por ano, concedendo-lhe esse título. Encerra, citando que a taxa de inscrição para participar desse evento é simbólica, no valor de 10 reais, e convida a todos para prestigiarem essa semana. / Prosseguindo, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que ocuparam a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **Rodrigo Pereira Costa:** — Demonstra a sua preocupação quanto a alguns secretários, os quais diz que costumam bater no peito alegando defenderem o prefeito quando, na prática, essa disposição deixa a desejar. Frisa que essa falta de disposição deixa os vereadores e o prefeito em maus lençóis, pois os secretários vão até as comunidades e prometem dar retorno às solicitações, mas somem; enquanto isso, os vereadores, dotados de boa vontade para ajudar o povo até em coisas que estão além de suas capacidades, acabam pagando o preço. Lembra que os vereadores não têm certas prerrogativas nem são secretários, e sim foram eleitos para legislar e fiscalizar o Poder Executivo. Cita que são constantes os questionamentos referentes à Secretaria de Interior, suas dificuldades e a lentidão quanto ao atendimento. Assim, mesmo não sendo morador dessas regiões, por ter um bom relacionamento com pessoas de lá, só tem a lamentar que o Secretário Neném Cadável prometa e não volte para dar um retorno e que, diante das ligações, use sempre como desculpa que as máquinas estão quebradas e que falta equipamento. Constata que não se pode levar o serviço público dessa forma e que as respostas nessa área devem ser “sim, sim” ou “não, não”, pois a ineficiência desses secretários acaba recaindo sobre os vereadores, que são os para-raios. Analisa que essa pasta precisa de um gás e cita como exemplo a situação da localidade de Retiro, que está sem estrada há meses, mesmo com o secretário de Interior tendo se comprometido, através de um

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

5

planejamento com a secretária da associação, resolver o problema, mas, passados seis meses, nada foi feito. Frisa que quem recebe as ligações de pessoas reclamando não é o secretário, e sim o vereador que esteve na comunidade junto com ele. Afirmo que quem bate no peito, prometendo defender alguém, tem que fazer isso de fato, mesmo que seja informando que a máquina está quebrada. Entende como uma grande responsabilidade estar à frente de uma pasta, atuando como representante do prefeito. Nesse particular, confirma o discurso feito anteriormente por um colega, que comentou que esses secretários, a exemplo do de Saúde, precisam ter experiência e capacitação, já que, se não forem competentes, o preço será pago pelo prefeito. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Registra que, quando esteve à frente da Secretaria de Interior, fez um serviço bacana de Grotta Fria à Tijuca. Diante da fala do colega, analisa, então, que há uns três anos o pessoal da secretaria não volta àquela comunidade. Comenta que o próprio Vereador Rodrigo esteve naquela região, assim como a irmã do colega Maitan, a qual solicitou que o ônibus fizesse o trajeto de Grotta Fria à Tijuca, serviço esse que foi feito, com a ajuda do Marquinhos, e deixou a comunidade satisfeita. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Informa que o Avílio, da Premocil, tem dado uma melhorada na estrada e pontua que o secretário sabe que aquela região precisa de um serviço mínimo, mas já se passaram cinco, seis meses e nada foi feito. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Diz que aquela é uma região fácil de ser atendida, visto que o pessoal dos sem-terra arruma saibro pertinho, sendo necessários apenas dois ou três caminhões para fazer um serviço bacana lá. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Cita que a prática é muito mais importante do que a teoria. Dirigindo-se aos agentes de saúde e de endemias, diz que, como presidente da Comissão de Saúde da Câmara, não está desatento ao que vem acontecendo com relação ao piso salarial da categoria. Lembra da conversa que tiveram com o prefeito cobrando dele o pagamento desse piso e ressalta que recentemente houve um diálogo no Ministério Público entre o representante do sindicato e o secretário de Saúde, ocasião em que foi feito um planejamento para que o Município, num prazo de dois meses, pague o piso salarial e defina a classificação de cada um desses profissionais no que diz respeito a serem estatutários ou celetistas. Diz-se a favor do pagamento do piso para valorizar os agentes de endemias e de saúde, embora saiba que há um limite para o Município. Encerra declarando que agora cabe ao prefeito e ao Secretário Fassarella cumprirem o seu papel valorizando essas duas classes importantes. / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Inicia repassando o recado dos agentes de saúde e de endemias, que estarão na quinta-feira, às 14:00 horas, em frente ao Ministério Público, porque parte deles estava em greve e o restante entrará também. Registra que está fazendo um apelo para que a situação se resolva antes da quinta-feira; do contrário, o caminho a ser tomado pelos agentes será esse. Frisa que ficou triste ao ouvir, como homem do interior que é, as palavras do Vereador Rodrigo, especialmente por saber que ele é da base de apoio do prefeito e não poderia ser deixado na mão. Ressalta que ele, que é vereador de oposição, sim poderia ser deixado de lado, mas fica claro que o secretário de Interior age dessa maneira com todos. Segue indagando, mesmo diante do trabalho feito em Córrego dos Monos, se aquilo é estrada para se andar, já que passaram a patrol e não colocaram o saibro. Reclama que o material fica na secretaria com os responsáveis alegando que é para quando chover; porém, como não

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

6

chove, aconselha a que peguem aquele saibro e joguem nas estradas para que o povo pare de sofrer. Discorre sobre as dificuldades enfrentadas pelo povo do interior por conta da falta de água, frisando que os agricultores estão abandonando suas hortas e os animais estão morrendo, enquanto que o responsável pela Defesa Civil, que é o Antônio Rizzo, dá a desculpa de que, por falta de caminhão, não tem como levar água para essas pessoas. Lembra que, pela lei, em primeiro lugar vem o ser humano e, depois, os animais, sendo por isso que a Odebrecht manda um caminhão de água para pingar nas torneiras, enquanto a Secretaria de Agricultura não se manifesta. Diz ainda que o secretário de Agricultura, mesmo diante dessa situação, viajou para o México, passou por Miami, consumindo mais de 5 mil reais da prefeitura, querendo trazer para cá a plantio de baunilha. Indaga o que baunilha tem a ver com Cachoeiro, onde o foco da plantação é banana, quiabo e tomate. Pontua que, apesar de ser um cara bacana e técnico, não é de um secretário técnico que o interior está precisando, e sim de um que tenha ação, pois só assim Córrego dos Monos, Retiro, Burarama, Pacotuba e Itaoca serão bem atendidos. Fala da terrível situação das estradas do interior e cita que a patrol da secretaria só trabalha quando quer e que a outra que foi consertada não tem operador. Frisa que acabou de tomar conhecimento de que, para buscar os papéis necessários na Superintendência Regional de Saúde, os funcionários da secretaria municipal precisam ir em carros próprios; enquanto isso, aponta que veículos do Município ficam com certos secretários levando comidinha para cavalo e água para boi beber. Deixa bem claro que isso é para benefício do próprio secretário. Comenta ainda que, quando dá 15:30 horas, o citado secretário sai de lá e chega à sessão da Câmara, achando que ele, Luisinho, falará dele só nesse horário. Prossegue acusando esse secretário de não trabalhar e ainda ganhar 3 mil reais a mais do que o vereador. Observa que, apesar de as pessoas ficarem falando que vereador ganha muito, quem ganha mais é o secretário. Completa dizendo que, mesmo assim, está na tribuna com coragem, se pronunciando para defender o povo, e não o prefeito. Acrescenta que, dessa forma, ganhando ou perdendo a próxima eleição, estará pouco se lixando; contudo, diz que, ganhando, voltará para defender o povo como sempre fez. Afirma que foi dito que ninguém consegue tirar o secretário de lá, não sendo seu desejo que isso aconteça, e sim vê-lo trabalhar, já que, como pessoa, o responsável pela pasta é amigo e simpático, pena que esteja deixando o interior abandonado. Repete que, apesar de o secretário ter feito um serviço em Córrego dos Monos, ninguém pode dizer que está satisfeito, porque não dá para passar, e a vontade do povo era ver tudo asfaltado. Alega que, a partir de agora, informará ao Ministério Público todas as obras do Município que estiverem paradas para que aquele órgão atente e coloque o secretário de Interior para andar. Frisa que, no caso de buracos e de outros problemas, as máquinas atendem e indaga se o povo aceitará isso e elegerá essas pessoas novamente. Reconhece que a situação para os políticos não está boa, mas analisa que, como os dedos das mãos são diferentes, assim cada um também é, havendo nessa área aqueles que lutam pelo bem, a exemplo dos da Câmara. Concorda com o pedido feito pela presidente da República para que haja união; entretanto, considera que é preciso deixar que aqueles que estão de fora também falem. Declara que, se lhe pedir para fazer uma união e melhorar Cachoeiro, o prefeito pode contar com ele, desde que seja na paz e na honestidade, e não na

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

7

malandragem, como está sendo visto com os agentes de endemias, que ficaram sem receber, sendo forçados a fazer greve. Diz que ninguém, além dele, vive só de briga e confusão, já que no seu caso é ligado no 320, dorme e acorda brigando consigo mesmo. Justifica que é como um canário da terra que briga consigo até no espelho, mas é porque quer ver o melhor para esta terra, pois veio para cá viver em uma cidade, e não para vegetar como está acontecendo, vendo os empresários indo para o Norte do Estado e até para Atílio Vivácqua. Finaliza dirigindo-se ao pessoal da Secretaria de Meio Ambiente, comunicando que confia no trabalho deles, mas que analisará o projeto, já que não pode assinar nada sem ler, dando autorização para o prefeito fazer o que quiser. / **José Carlos Amaral:** — Referindo-se à fala do Vereador Rodrigo, diz que achou alguém para falar a mesma linguagem que ele sobre a situação da prefeitura. Frisa que ouviu o choro do Vereador Rodrigo. / **Aparteando Rodrigo Pereira Costa:** — Contesta o fato de o Vereador Amaral ter dito que ele é amigo do prefeito, pois seus únicos amigos aqui são Deus, seu pai e sua mãe. / **José Carlos Amaral:** — Volta a criticar o que classifica de famigerado OP, informando que foi procurado por pessoas da Rua Nazira Felipe, no Bairro Boa Esperança, e por outras do Bairro São Lucas. Diz que as obras começaram, fizeram festa com o OP e elas estão há quatro meses paralisadas, como ocorre com muitas outras em Cachoeiro. Discorre sobre a história do Orçamento Participativo, lembrando que desde o início, ainda com a participação do hoje Deputado Rodrigo, avisou que seria uma mentira. Segue indagando onde estão a revitalização da Ilha da Luz até o Valão, o posto médico do Bairro Teixeira Leite, a drenagem do Bairro Ruy Pinto Bandeira, as quadras de Córrego do Braz e de Santa Fé. Deixa claro que, se continuar citando essas obras paradas, chegará ao número de cem, pois, passados três, quatro anos, tudo continua como antes na Casa de Abrantes. Reclama que as ruas atrás do parque de exposição só são limpas quando da feira do mármore, da festa de Cachoeiro e na época da feira da bondade, ao ponto de já ter pensado em comprar uns pôneis e deixá-los capinando as Ruas José Calegário, Ormino Fiório, José Bedona e Raquel Davi Calegário, onde a situação está feia. Frisa que, quando a capina ocorre na Rodovia do Valão, deixam o mato todo acumulado, e é só por graça de Deus que ainda não morreu ninguém lá. Segue lamentando a situação da Rua Fioravante Cipriano, na curva do Darci e do Celeste Cipriano, onde acontecem batidas diariamente, já tendo levado a óbito meia dúzia de pessoas. Denuncia que a casa de festas que existe lá pagou pela instalação de tachões que até hoje não chegaram. Ressalta que a única coisa que fizeram depois que gritou na Câmara foi a colocação de uma placa, indicando a velocidade de 40 quilômetros no mesmo local onde dois caminhões esta semana bateram de frente, deixando o trânsito parado por horas. Cita que está pedindo socorro para os moradores de Usina São Miguel até Conduru, Jabuticabeiras, Campos Elísios e Itabira. Pede também que a secretaria competente dê uma olhada na situação daquele trecho da Ilha da Luz até o Teixeira Leite, na linha onde as pessoas costumam fazer caminhada, assim como na Rua Ana Amaral, na favelinha, e reclama que a Ilha do Meireles está abandonada e virou local de tráfico e de esconderijo de bandidos. Lamenta o estado em que se encontra a citada ilha, que teria sido entregue aos cuidados da São Camilo e, depois, devolvida à prefeitura, destacando que a ponte feita há vinte anos precisa de uma reforma, mas que nada fazem. Prossegue

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8

acusando o abandono da quadra do IBC, do Salate e outras, que estão virando crackolândias construídas com o dinheiro público. Lembra que ainda querem contestá-lo, sendo que, como vereador, foi eleito pelo povo para defendê-lo e recebe dele reclamações vinte e quatro horas. Avalia que a delegacia de polícia acabou aqui e, depois que foi para o BNH, o índice de roubo naquela área aumentou, já que, ao que parece, a polícia só passa pela rua principal, que é a 1, deixando-os livres para agirem na 2, na 3, na 4 e na 5. Relata que o local onde funcionava antes a delegacia virou a casa da vagabundagem, havendo vários carros abandonados e muito mato lá. Frisa que, assim como um fiscal foi a sua casa questioná-lo por conta de um lote seu que estava com mato, a prefeitura também deveria cuidar daquela área. Segue questionando onde está a fiscalização da saúde e da Vigilância Sanitária responsáveis por esses depósitos de carro em Cachoeiro. Cita como exemplo o do Coronel Borges, o do São Lucas e do Baiminas alertando que a dengue já está chegando. Salaria que um tal de Contarato brincou, denunciou, mas mudou o circo e os palhaços são os mesmos, pois os depósitos de carros velhos apreendidos continuam crescendo, com veículos empilhados uns sobre os outros, e que está cansado de enviar documento pedindo providência, passou-se um ano e nada foi feito. Indaga por que não vão aos depósitos de carros velhos nem de novos, os quais afirma haver um monte por aí. Alerta que todos sabem sobre o que ele está dizendo e pergunta de onde vêm as peças e quantos carros são roubados no Sul do Estado por mês. Comenta que já perderam o controle na saúde e nos bens públicos de Cachoeiro de Itapemirim. Encerra apontando que também a obra da quadra de Itaoca continua parada. /

Delandi Pereira Macedo: — Discorre sobre o pedido de informação referente ao centro comunitário do Bairro Alto Independência, obra essa parada há mais de um ano, sem que a população receba nenhuma resposta por parte da prefeitura. Lembra que já foram investidos recursos do Governo Municipal e que espera, em nome da população, receber uma resposta o mais breve possível. Comenta que estão na Casa os projetos referentes ao meio ambiente e agradece ao Dayvson por lhe ter enviado uma cópia dos mesmos, já que a Câmara ainda não encaminhou as matérias à Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Frisa que há coisas nas matérias que lhe suscitaram dúvidas que precisam ser analisadas, razão pela qual pede que elas sejam encaminhadas em tempo hábil à sua comissão, tendo em vista que está sendo alterada a lei atual que possui 99 artigos, passando para apenas 24. Alerta ainda que, ao aprovar as matérias, esta Casa dará autorização ao Poder Executivo para que, por decreto, regulamente os demais artigos. Acrescenta que o preocupa a constitucionalidade, apesar de o Dayvson, o Paulo e a Carina já terem dado a esta Casa as explicações. Diz que o seu desejo é analisar e votar a matéria com tranquilidade, tendo em vista a importância da questão ambiental no Município no que tange à desburocratização, caminho esse que de fato precisa ser seguido para facilitar a vida dos empreendedores, até diante da concorrência com o Norte do Estado, onde mais facilidades são oferecidas, inclusive para o licenciamento. Esclarece que a facilidade a qual se refere é porque, ao que parece, alguns Municípios do Norte não têm uma fiscalização tão rigorosa como há aqui na região. Pontua que de fato é preciso haver a fiscalização e foi dessa forma que se pautou enquanto secretário de Meio Ambiente. Finaliza pedindo que o projeto não seja votado como uma sangria desatava, sem o devido

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

9

esclarecimento das dúvidas, até para não expor a Casa, apesar de reconhecer toda a competência dos técnicos e dos fiscais da Secretaria de Meio Ambiente, os quais sempre defendeu em sua passagem por aquela pasta. / **Wilson Dille dos Santos:** — Relembra das demandas que levantou aqui na semana anterior, destacando que, quando há união por parte da Casa, os resultados surgem. Cita que os colegas Amaral, Rodrigo e Luisinho usaram a tribuna para criticarem certas secretarias de Cachoeiro. Esclarece que sempre que faz algum tipo de crítica é de forma construtiva, devido ao amor que tem pelo Município e em busca de bons resultados. Registra que, na semana anterior, criticou a Secretaria de Obras por conta do estado caótico em que se encontram as vias da sede do Município e também dos distritos e que o secretário da pasta já está fazendo as correções necessárias. Questiona se as pessoas que trabalham na pasta de Obras não circulam pela cidade e não observam os problemas que ocorrem e explica que, por conta dessa falta de visão administrativa e política, tudo recai sobre o prefeito. Conclui que os pronunciamentos dos vereadores aqui têm dado resultados e acrescenta que eles precisam agradar à sociedade cachoeirense, fazendo um bom trabalho como legisladores e fiscalizadores, representando-a bem. Sugere que a Comissão de Constituição e a Procuradoria da Casa, observando algum procedimento ilegal ou inconstitucional nos projetos apresentados, por exemplo, lei estadual ou federal acima da proposta, ouçam o vereador proponente, a fim de que a matéria seja melhorada. Informa que tem três, quatro projetos travados há algum tempo na Casa, inclusive com relação à economia de água, lembrando que não se pode perder tempo nesse sentido, vez que a sociedade está esperando atitudes. Esclarece que os vereadores estão trabalhando em cima de tudo o que é importante para a sociedade, a exemplo da crise hídrica. Destaca que apresentou um projeto autorizando o Poder Executivo a instituir o Programa Bíblia na Escola, nos estabelecimentos públicos de ensino, mas que o mesmo recebeu parecer contrário tanto da Procuradoria Legislativa quanto da Comissão de Constituição, Justiça e Redação por entenderem que os vereadores não podem legislar em cima dessa questão diante das despesas para o Município e do fato de o Estado ser laico, conforme estabelece a Constituição Federal. Explica que a proposta visa que as Bíblias sejam disponibilizadas nas bibliotecas e acrescenta que em outros países os governantes incentivam a sua população a fazer a leitura diária do Livro Sagrado, não para convencê-la a aderir à denominação A ou B, e sim pela satisfação de ler e adquirir conhecimentos. Ressalta que, muitas vezes, é preciso consultar a Bíblia nos setores de educação e advocacia e que esse livro foi utilizado na construção da Constituição Federal. Frisa que a Bíblia é o livro mais moderno e o mais lido no mundo, sendo uma fonte preciosa de pesquisa para os acadêmicos, além de ser uma leitura universal. Pede que a Procuradoria e a Comissão de Constituição e Justiça revejam a situação do projeto, adiantando que, se for necessário, proporá uma emenda à matéria inicial. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Explica que a laicidade do Estado é quando não há uma religião oficial. Informa que, segundo pesquisas, 90% do povo brasileiro são cristãos e que a Bíblia Sagrada se faz presente na vida da população. Sugere que o Vereador Wilson faça um pedido de revisão do projeto para que o mesmo seja aprovado, pois, como qualquer outro livro, é de direito que a Bíblia seja disponibilizada na biblioteca das escolas. Frisa que, apesar de ter mais de dois mil anos,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

10

a Bíblia é bastante atual. / **Wilson Dillem dos Santos:** — Explica que, na justificativa do projeto, além da Bíblia, livros representativos de outras religiões também devem estar nas bibliotecas para serem consultados. Finaliza dizendo que a sociedade precisa ler muito a Palavra de Deus. / **Lucas Moulais:** — Inicia dizendo que, na sessão anterior, fez uma crítica ao cidadão de nome Sebastião Ferreira Leal, que é um motorista de ambulância sem respeito para com os pacientes que transporta. Informa que, apesar de esse cidadão se dizer militante do PV, ele, Lucas, possui uma certidão que contradiz essa pessoa. Explica que o motorista foi chamado para levar um doente ao hospital por volta da 20:00 horas, mas não prestou o atendimento. Registra que ligou para o secretário de Saúde e lhe disse que não queria mais aquele motorista no distrito, visto tratar-se de um mentiroso que não serve para nenhum partido político sério. Por fim, comenta que as pessoas criticam os vereadores nas redes sociais, achando que a internet é um território sem lei, mas se esquecem de que esses são os legítimos representantes do povo. / **David Alberto Lóss:** — Começa dizendo que os projetos do Poder Executivo e dos vereadores seguem um trâmite legal, indo para a Procuradoria Legislativa, depois, para as comissões, sendo que a primeira é a de Constituição, Justiça e Redação, e, em seguida, passam pelas demais. Deixa claro que o papel da Comissão de Constituição, Justiça e Redação é ver a legalidade, a constitucionalidade e a viabilidade dos projetos. / **Aparteando Rodrigo Pereira Costa:** — Fala da importância de o Regimento Interno ser cumprido e diz que a Comissão de Saúde, Meio Ambiente e Saneamento Básico não recebeu os projetos. Destaca que a comissão precisa cumprir o seu papel, pois, do contrário, não haveria necessidade dela existir. Enfatiza que, quanto mais cedo o projeto for para a Comissão de Saúde, mais rapidamente será dado o parecer. / **David Alberto Lóss:** — Esclarece que não é tarefa da Comissão de Constituição, Justiça e Redação encaminhar os projetos para as demais comissões, e sim do setor próprio da Casa, que deve funcionar. Salaria que há na Câmara dois projetos do meio ambiente: um que trata das penalidades; outro, do licenciamento para a abertura de uma empresa. Ressalta que os projetos vieram acompanhados da ata de uma reunião realizada pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, no qual há várias entidades com cadeiras cativas que analisaram as matérias e poderiam ter levantado algumas questões antes de eles virem para a Câmara, evitando prejuízos, já que existe um prazo mínimo para a convocação de uma audiência pública. Analisa que há dois problemas com relação a esses projetos: a preocupação com o meio ambiente e com as taxas. Afirma que um dos projetos dá celeridade a abertura de uma empresa, o que não ocorre atualmente, e isso é muito importante. Lembra que a taxa cobrada para a abertura de uma empresa é de 600 reais há mais de sete anos, valor esse que será reajustado para 800 reais. Pontua que cabe uma audiência pública para saber quais impactos essas novas taxas vão causar sobre as empresas e também o que vai ocorrer com o meio ambiente. Registra que a Comissão de Saúde e Meio Ambiente precisa se manifestar com relação a esses projetos e diz que um deles pode ser até votado hoje, já que trata apenas de taxas. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Diz que será um feito histórico na Câmara se o projeto for encaminhado para a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, justificando ter renunciado aos cargos que tinha nas mesmas exatamente por nunca ter podido dar parecer às matérias. / **David Alberto Lóss:**

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

11

— Informa que os projetos devem seguir todos os caminhos legais, indo para as comissões. Observa que cabe ao presidente da Câmara disciplinar o funcionamento interno da Casa para que as comissões tenham acesso aos projetos em tempo hábil. Frisa que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação sempre dá parecer aos projetos na quinta-feira anterior ao dia da sessão. Segue citando que a data do parecer dado ao projeto mencionado é 13/08/2015, havendo tempo para que o mesmo fosse encaminhado às demais comissões. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Declara-se surpreso, porque os projetos quase nunca vão para as outras comissões, além da de Constituição, Justiça e Redação. / **David Alberto Lóss:** — Deixa claro que esse tipo de situação é culpa dos vereadores, visto que os projetos devem passar pelas comissões. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Discorda de que isso seja culpa dele, já que sempre criticou essa situação. / **David Alberto Lóss:** — Encerra o seu pronunciamento, afirmando não se lembrar de ter dado parecer a nenhum projeto pela Comissão de Educação. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Inicia lendo uma matéria veiculada no Jornal O Fato, de 14/08/2015, que diz o seguinte: “Parceria vai fazer obras andarem. A Prefeitura de Itapemirim vai repassar 22 milhões de reais ao Governo do Estado para ajudar na conclusão da obra da rodovia do contorno e na restauração da praia de Itaoca.” Ressalta que, por mais que pareça um contrassenso o Município repassar recursos para o Estado, que tem melhores condições econômicas, isso será feito devido ao interesse do cidadão local. Afirma que a Odebrecht, concessionária do setor de água e esgoto, não tem prestado o papel que lhe é devido. Lembra que tal concessionária está envolvida nos escândalos da Operação Lava Jato, embora não esteja afirmando que a empresa local tenha alguma irregularidade nesse sentido. Prossegue o seu discurso, registrando que, em maio, trouxe à Câmara uma reclamação sobre a conta de água, que, quando varia para mais ou para menos, fica retida para análise, acrescentando que, depois de ter dito isso na tribuna, foi convidado a ir até a Odebrecht conversar com a diretoria daquela empresa. Lembra que, na ocasião, nem as pessoas da empresa sabiam qual era a regra. Explica que foi informado que, quando a conta varia de 200% para cima e mais de 50% para baixo, é feita a retenção, inclusive comenta que, recentemente, recebeu uma carta da Odebrecht, avisando que a sua conta de água ficou retida, o que, segundo ele, demonstra que a empresa continua sem transparência. Diante disso, destaca que, com a ajuda dos demais vereadores, foi aprovada uma lei, publicada no Diário Oficial de ontem, determinando que a empresa disponibilize todo o regulamento na internet. Cita um fato envolvendo o corte de fornecimento de uma cliente devido a um débito referente ao mês de abril, sem antes mandarem uma carta comunicando, apesar de ter ido um aviso na própria conta. Frisa que a cliente, então, se dirigiu à Odebrecht pedindo uma cópia do regulamento, mas a indicaram que procurasse à Agersa, a qual prontamente lhe enviou as cópias por e-mail. Questiona o fato de a concessionária ter encaminhado a cliente para a Agersa quando ela mesma possui toda a documentação, tanto é que anteriormente a enviou por e-mail a todos os vereadores. Lembra que ainda está devendo à população a resposta a um questionamento que fez à Odebrecht sobre os bloqueadores de ar, sendo informado pela citada concessionária que tudo era um ramal, mesmo depois do hidrômetro. Esclarece que a informação era equivocada, já que

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

12

estudou tecnicamente a situação, inclusive em outras empresas, e viu tratar-se do cavalete. Diz que não entende a preocupação em notificar as pessoas de que elas estariam infringindo um regulamento, chegando mesmo a retirarem o bloqueador de ar sob tal alegação. Segue discorrendo sobre uma matéria divulgada pelo Jornal A Gazeta, mostrando que testes revelaram que a Cesan não cobra por ar encanado e que isso, portanto, confirma que a colocação de um bloqueador de ar não configura nenhum prejuízo para a empresa. Recorda que a alegação da concessionária contrária ao bloqueador é de que haveria risco de contaminação da rede, mas que, por experiência em sua própria casa, sabe que cabe ao consumidor preparar toda a ligação até onde receberá o hidrômetro e, havendo qualquer coisa ou mesmo um vazamento depois desse aparelho, a responsabilidade não é da empresa, basta ver que, se eles repararem o problema, haverá a cobrança do serviço. Assim, conclui que não há motivo para a empresa retirar o bloqueador e notificar o cidadão. Dessa forma, anuncia que instalará um desses aparelhos em sua casa e, se for notificado e o retirarem, entrará com uma ação na justiça. Frisa que esse tipo de balela por parte de pessoas educadas da empresa não resolve nada e que o povo já está cansado disso. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Afirma ter colocado bloqueador em uma de suas propriedades e pode dizer que, antes, quando abria as torneiras, soprava, e agora isso acabou, sendo que o valor da conta caiu. Segue indagando ao Vereador David se no prédio dele ainda há o bloqueador. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Confirma que sim. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Diz que a conta de água do prédio do colega deve ter caído violentamente. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Discorre também sobre a matéria do Jornal A Gazeta dando conta de que, com a CPI dos Guinchos, houve uma queda de 70% do número de carros guinchados. Cita que a redução se deu após a restrição da medida que permitia o guinchamento de carros no rotativo. Ressalta que, após o trabalho feito pelo Deputado Enivaldo dos Anjos, houve essa redução e que não está dizendo que o mesmo ocorre aqui. Passa a explicar sobre a situação do transporte coletivo no Município, frisando que, como outros vereadores, tem sido questionado sobre esse tema e requereu informações à Agersa. Cita que uma pessoa reclamou que não existe mais ônibus convencional para o Shangrilá, só com ar condicionado, somando-se a isso há o fato das linhas retiradas do Alto Amarelo e outras que sofreram redução de horários. Alerta que esse tema do transporte coletivo merece um cuidado por parte da Câmara e que, por contato telefônico, a empresa teria justificado essas alterações devido à dificuldade econômica, mas que ele, Jonas, entende que o reequilíbrio ocorre quando se está aumentando uma linha, o que provoca uma elevação do custo. Conclui que a diminuição de horários por conta da pequena demanda não significa equilíbrio, já que quem acaba pagando a conta é o cidadão, e a empresa não teve aumento do seu custo. Lembra que há também reclamações quanto aos ônibus superlotados e indaga se nesses casos a empresa coloca outros veículos para evitar o problema. Conclama a todos os vereadores a estarem atentos a essa questão, que é uma demanda de toda a sociedade. Salienta que há ainda o anúncio de redução de linhas de ônibus para o Conjunto Ruy Pinto Bandeira e que as cobranças estão sendo constantes no seu facebook, restando-lhe informar que está no aguardo das repostas por parte da agência reguladora. Deixa claro que, por sua experiência na

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

13

iniciativa privada, não acha que a empresa deva ter prejuízos, mas, conforme já disse o Pastor Delandi, o cidadão também não pode pagar essa conta. Sugere que, em caso de menor demanda de passageiros, seja colocado um micro-ônibus, pensando-se em itinerários que atendam a pelo menos três comunidades. / **Aparteando José Carlos Amaral:** — Informa que, para o Conjunto Ruy Pinto Bandeira, são vários e vários ônibus e até extras, mas há passageiros achando que a empresa é obrigada a colocar coletivos para transportar apenas eles. Diz que chegou a receber reclamação de uma senhora pedindo-lhe providências, porque não conseguia lugar para sentar na frente e que da mesma forma são outros usuários que, por terem bronca da empresa, ficam a todo momento atazanando os vereadores por conta de leviandades. Atesta que há lugares em que o atendimento precisa ser melhorado e que essa história de os ônibus pararem na antiga estação complicou as coisas, basta ver que a empresa não mexeu com as linhas do Bairro Village da Luz, porque, no dia em que fizer isso, será o mesmo que cruzar um elefante com uma cabrita. Esclarece sua colocação, lembrando que são vinte ônibus para o Bairro Aeroporto no horário de pico e, quando chega à estação, há um, por exemplo, para o Baiminas, para o Coronel Borges e Shangrilá, gerando polêmica só de imaginar colocar todos esses passageiros num único veículo. / **Jonas Nogueira Dias Júnior:** — Diz que é exatamente para não cometer leviandade que preparou um requerimento pedindo informações à Agersa, visto que, conforme previsto no edital, a empresa tem o direito de solicitar uma alteração no edital, com supressão de itinerário e redução, o que deve ser precedido de um estudo técnico. Finaliza destacando que, talvez, seja nesse ponto que, enquanto representantes do povo, os vereadores precisarão interferir junto à agência e à empresa em busca de uma solução sem prejuízo para nenhuma das partes. / Prosseguindo, passamos ao **Horário das Lideranças**, quando os líderes partidários declinaram da palavra. / Na sequência, a pedido do Vereador Júlio César Ferrare Cecotti, foi observado um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Gilson Souza Lima, que era pai da Larissa, a telefonista da Câmara. / A seguir, teve início a **Ordem do Dia**. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Suspende os trabalhos da sessão para uma reunião no gabinete da presidência com todos os vereadores. / A sessão foi reaberta às 17:30 horas. / Logo após, passamos à **1ª Discussão** dos seguintes Projetos de Lei: 145/2015 – Lucas Moulais (Altera a redação do artigo 1º da Lei Municipal 7.212, de 18/06/2015); 146/2015 – Lucas Moulais (Altera a redação do artigo 1º da Lei Municipal 7.210, de 18/06/2015); 151, 152, 153 e 154/2015 – David Alberto Lóss (Denominam vias públicas no Município de Cachoeiro de Itapemirim); 110/2015 – Brás Zagotto (Dispõe sobre a criação da Semana de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Município de Cachoeiro de Itapemirim, e dá outras providências). / **Elias de Souza, levantando questão de ordem:** — Pede que sejam incluídos na pauta do dia os Projetos de Lei 135, 141, 142, 143, 144, 147, 148 e 155/2015. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acata o pedido. / **José Carlos Amaral, levantando questão de ordem:** — Solicita ao presidente que analise a possibilidade de apreciar em bloco os projetos que foram incluídos na pauta a pedido do Vereador Elias de Souza. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acata o pedido. / **José Carlos Amaral, levantando questão de ordem:** — Diz que tudo o que é para o social, desde que seja cumprido, é bom. Indaga ao

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

14

presidente se não está incluída nesse bloco a proposta de mudança no calendário de pagamento dos servidores e já antecipa que o seu voto será contrário à aprovação dessa matéria. / **Leonardo Pacheco Pontes, levantando questão de ordem:** — Solicita que sejam votados em separado os projetos dispondo sobre repasse de verba para a ação social. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acata a solicitação do vereador. / **Leonardo Pacheco Pontes, levantando questão de ordem:** — Resolve solicitar que todos os projetos do Poder Executivo sejam votados num bloco separado. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acata o pedido. / **Rodrigo Pereira Costa (Secretário):** — Esclarece que os projetos serão, então, votados em dois blocos separados, sendo um para as propostas do Poder Executivo e outro para as da Casa. / Prosseguindo, **foram aprovadas**, por quinze votos contra dois do plenário, **as seguintes matérias: Requerimentos: Enviando Votos de Congratulação:** 1330/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 1331, 1332, 1333, 1334, 1335, 1336, 1337, 1338 e 1339/2015 – Delandi Pereira Macedo; 1340 e 1341/2015 – Brás Zagotto; 1342, 1343, 1356, 1357, 1358, 1359, 1360, 1361, 1362, 1363 e 1364/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 1344, 1345, 1346, 1347, 1348, 1349, 1350, 1351, 1352, 1353, 1354 e 1355/2015 – José Carlos Amaral; **2381/2015 – PPL – Partido Pátria Livre Cachoeiro de Itapemirim – Maury Bayerl – Presidente Municipal** (Requer cessão das dependências legislativas para o dia 22/08/2015, das 9:00 às 11:30 horas); **Projetos: de Lei: 147/2015 – Mesa Diretora** (Dispõe sobre a revisão anual prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, e dá outras providências); **141, 143 e 144/2015 – David Alberto Lóss** (Dispõem sobre denominação de vias públicas no Município de Cachoeiro de Itapemirim); **142/2015 – David Alberto Lóss** (Altera a redação do artigo 1º da Lei Municipal 7.224, de 01/07/2015, e dá outras providências); **de Decreto Legislativo: concedendo Medalha Jadir Augusto da Cruz:** 263/2015 – José Carlos Amaral, 268/2015 – Lucas Moulais e 272/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior; **concedendo Comenda Verly Basílio de Souza:** 264/2015 – Alexandre Valdo Maitan, 266/2015 – Alexandre Bastos Rodrigues, 267/2015 – Lucas Moulais e 274/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior; **concedendo Título Honorífico Heródoto:** 265/2015 – José Carlos Amaral e David Alberto Lóss; **concedendo Título de Honraria e Destaque Operacional:** 269/2015 – José Carlos Amaral, 270/2015 – Lucas Moulais, 271/2015 – Alexandre Valdo Maitan e 273/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior. **Votaram a favor:** Alexandre Bastos Rodrigues, Alexandre Valdo Maitan, Brás Zagotto, Carlos Renato Lino, David Alberto Lóss, Delandi Pereira Macedo, Elias de Souza, Ely Escarpini, Jonas Nogueira Dias Júnior, José Carlos Amaral, Lucas Moulais, Luis Guimarães de Oliveira, Osmar da Silva, Rodrigo Pereira Costa e Wilson Dille dos Santos. **Votaram contra:** Alexandre Andreza Macedo e Leonardo Pacheco Pontes. / **Seguem justificativas de voto. / Luis Guimarães de Oliveira:** — Deixa registrado que foi com tranquilidade que deu o seu voto favorável ao projeto de revisão, apesar de ter ouvido de muitos que seria para os vereadores receberem vantagem. Frisa que isso não é verdade e adianta que não aceita ameaças, pois o voto é democrático e cada um se posiciona de acordo com o que entende ser direito e certo. Afirma que o seu voto foi pelos servidores da Casa, os assessores, do servente ao diretor. Avisa que, se chegar à internet brincadeiras com o seu nome quanto a isso, toda a pancada

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

15

terá um retorno. Classifica como sérias as coisas que ocorrem na Câmara, a qual considera ser composta por pais de família e gente honesta. Repete que não se trata de reajuste e que vereador não está levando vantagem, já que a aprovação do projeto é uma exigência legal. Segue apontando que, caso alguém ache que está errado, deve reclamar com o Tribunal de Contas, porque foi esse mesmo órgão que obrigou o presidente da Câmara dar a revisão. Cita que, a princípio, pensou em votar contra, mas, depois, entendeu tratar-se de uma revisão e está dando tal explicação para que as pessoas não sejam maldosas e não façam da política uma covardia. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Esclarece que não é contra o reajuste ou revisão salarial para os funcionários, só que gostaria de lembrar que há seis meses a Casa correu um grande risco de até ter que dispensar servidores, ocasião em que se posicionou a favor. Agora, aponta que sua opção foi ser contrário ao reajuste, porque, se o mesmo é constitucional, deveria ter vindo do presidente para cá, sem que fosse necessário o voto dos vereadores. Ressalta que o presidente precisa ter peito e dizer que está dando o reajuste, porque o mesmo é constitucional. Adianta que não é seu desejo fazer política em cima disso, basta ver que já levou pancada e continua levando por fazer a defesa do prefeito aqui. Lembra que o Jonathan esteve na Câmara com aquela tabelinha do tipo copa do mundo, riscando todos os vereadores, e que a maioria deles ficou blindado lá fora, enquanto ele, Alexandre, teve que levar pancada. Reafirma que, se é constitucional, é direito e não deveria ser necessária a votação, já que o povo não entenderá se é reajuste ou não. Finaliza alertando que virá chumbo grosso e que a Casa precisará explicar à imprensa direitinho o que está acontecendo, porque até o povo entender o bicho vai pegar. / **Leonardo Pacheco Pontes:** — Registra que o seu raciocínio é na mesma linha seguida pelo Vereador Alexandre Andreza, mas que, como foi explicado e debatido pelos procuradores da Casa, é um direito que faz parte do cotidiano dos servidores. Ressalta que ele e o Vereador Alexandre Andreza fizeram um pedido para que fosse desmembrado o agente político dos servidores, mas isso não foi permitido, sendo apontado pelos procuradores que não seria legítimo. Registra que, como cidadão, professor, servidor efetivo municipal e pai de criança que estuda em escola pública e tem muito o que explicar, não viu este como um momento de se tomar tal decisão e, por isso, votou contra, não sendo seu desejo vir a ser acusado de politicagem por conta desse seu posicionamento. Encerra salientando que votou contra, mas com o coração apertado pelos servidores da Casa, que considera terem todo o direito; porém, em sua humilde opinião, não era o momento de se tomar essa decisão diante do grande número de pessoas que têm procurado a Câmara em busca de ajuda. / **David Alberto Lóss:** — Cita que a Mesa Diretora já deveria ter apresentado esse projeto desde janeiro, concedendo a revisão salarial a todos os seus servidores. Deixa claro que concordou diante da decisão de todos de que a revisão seria a partir de agora, sem efeitos retroativos a janeiro. Registra, então, que esses recursos ficarão para a Casa, mesmo sendo um direito constitucional dos servidores recebê-los. Explica que o seu voto é de acordo com a Constituição, que determina a revisão para todos os servidores da Casa, inclusive para os agentes políticos, que são os vereadores, e que, mesmo que o povo não entenda, não há nada de imoral, além de haver a justiça para definir se é ilegal, como já ocorreu de outra vez. / **José Carlos Amaral:** — Diz que não poderia ser nunca contra os

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

16

servidores da Câmara e que a parte que lhe cabe será doada aos seus assessores. Segue sugerindo que os companheiros façam o mesmo para ajudar suas assessorias. Lembra que nunca votou contra a nenhum tipo de reposição para os funcionários. / **Júlio César Ferrare Cecotti**: — Esclarece que essa revisão não ocorreu em 2013 devido ao momento que a Casa atravessava diante da fraude que foi descoberta. Recorda que os servidores concursados e comissionados se aliaram aos vereadores e à Mesa Diretora e se sacrificaram, abrindo mão da metade do tiquete. Segue agradecendo aos servidores por esse ato e diz que o que está sendo feito para eles hoje é o mínimo, cumprindo-se um direito garantido por lei. Reportando-se ao Jonathan, presidente do sindicato dos servidores municipais, diz que ele entende muito bem o que é essa revisão e que esta Casa está saindo do marasmo, devolvendo aos servidores aquilo que eles doaram para que a Câmara saísse do buraco. Pontua que hoje já é possível olhar para o túnel e enxergar aquela luz abençoada, sendo essa revisão mais do que merecida para os servidores. / **José Carlos Amaral**: — Indaga ao presidente se não é possível colocar em votação hoje os dois projetos de lei referentes ao meio ambiente, esclarecendo que deu a sua palavra ao funcionário da secretaria de que votaria as matérias. Pede que o jurídico dê uma explicação para que isso fique bem claro. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente)**: — Diz que respeita o Vereador José Carlos Amaral por sua experiência e comenta já ter colocado toda a sua assessoria para marcar uma audiência pública, de maneira a que tudo seja feito dentro da legalidade. / **José Carlos Amaral**: — Pergunta se eles não fizeram audiência pública. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente)**: — Responde que não, acrescentando que a Casa providenciará a referida audiência, com vistas a dar publicidade às matérias, que posteriormente serão com certeza votadas. / Em seguida, **foram aprovados**, por dezessete votos contra um do plenário, **os seguintes Projetos de Lei do Poder Executivo: 135/2015** (Autoriza a abertura de crédito especial para inclusão de despesa não prevista no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras – SEMO, e dá outras providências); **148/2015** (Autoriza a abertura de crédito especial para inclusão de despesa não previstas no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES, e dá outras providências); **155/2015** (Altera a redação do artigo 1º da Lei 7.232, de 08/07/2015 – Dispõe sobre a desafetação de bem público de uso comum do povo, e dá outras providências). **Votaram a favor:** Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Bastos Rodrigues, Brás Zagotto, Carlos Renato Lino, David Alberto Lóss, Delandi Pereira Macedo, Elias de Souza, Ely Escarpini, Fabrício Ferreira Soares, Jonas Nogueira Dias Júnior, José Carlos Amaral, Leonardo Pacheco Pontes, Lucas Moulais, Luis Guimarães de Oliveira, Osmar da Silva, Rodrigo Pereira Costa e Wilson Dille dos Santos. **Votou contra:** Alexandre Valdo Maitan. / Logo após, foi colocado **em discussão o Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei 03/2015 – Poder Executivo** (Institui o Código de Posturas e de Atividades Urbanas do Município de Cachoeiro de Itapemirim, e dá outras providências). / **Ely Escarpini, levantando questão de ordem**: — Pede ao presidente que a parte do veto que se refere à Emenda Aditiva Nº 54 do Projeto de Lei 03/2015 seja apreciado em destaque. / **José Carlos Amaral**: — Diz que o veto proposto está correto no que se refere à Emenda Nº 52, que dá direito à Câmara de fazer parte do conselho, e isso não pode. Segue pedindo destaque à citada emenda, adiantando que

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

17

pretende votar a favor do veto no que se refere à mesma. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Esclarece que a derrubada do veto será apenas quanto à Emenda Nº 54, conforme se referiu o Vereador Ely Escarpini. / **José Carlos Amaral:** — Lembra que serão necessários, nesse caso, treze votos. / Posto em votação, em destaque, o **Veto aposto à Emenda Aditiva Nº 54/2015** (Adiciona artigo ao capítulo I do título XII do Código – Dos Anúncios publicitários e demais mensagens na paisagem urbana – disposições preliminares) **foi derrubado** por onze votos contra seis do plenário. **Votaram a favor:** Alexandre Andreza Macedo, Carlos Renato Lino, David Alberto Lóss, Elias de Souza, Leonardo Pacheco Pontes e Lucas Moulais. **Votaram contra:** Alexandre Bastos Rodrigues, Alexandre Valdo Maitan, Brás Zagotto, Delandi Pereira Macedo, Ely Escarpini, Jonas Nogueira Dias Júnior, José Carlos Amaral, Luis Guimarães de Oliveira, Osmar da Silva, Rodrigo Pereira Costa e Wilson Dille dos Santos. / **José Carlos Amaral:** — Informa que agora será votado, em destaque, o veto à Emenda Nº 52 e que não sabe qual é a posição dos colegas vereadores quanto a ela. / **David Alberto Lóss:** — Alerta que o veto precisa ser mantido, porque a emenda é totalmente ilegal. / **José Carlos Amaral:** — Reconhece que o prefeito vetou essa emenda corretamente. / A seguir, **foi mantido**, por unanimidade dos presentes, o **Veto à Emenda Modificativa Nº 52/2015** (Modifica o artigo 24 – altera a composição da junta de julgamento de recursos, substituindo o representante da ACISCI por um representante do Poder Legislativo). / **José Carlos Amaral:** — Frisa que, quanto às outras emendas, não sabe o motivo pelo qual foram vetadas. / **David Alberto Lóss:** — Esclarece que, quanto às outras emendas, o veto também precisa ser mantido. / **José Carlos Amaral:** — Lembra que pediu destaque para a Emenda 52, porque sabia que ela era inconstitucional. / **David Alberto Lóss:** — Cita que há outras emendas inconstitucionais. / **José Carlos Amaral:** — Deixa claro que acompanhará a posição do jurídico. / **David Alberto Lóss:** — Informa que a comissão deu o seu parecer e que ele precisa ser olhado. / **Rodrigo Pereira Costa (Secretário):** — Diz que agora será votado o veto às demais emendas. / **José Carlos Amaral:** — Pede que o presidente da Comissão de Constituição explique a situação do restante das emendas. / **David Alberto Lóss:** — Discorre sobre o restante das emendas, alertando, quanto à Aditiva 07, que a expressão “valor de mercado”, contida na alínea b, atribui ao setor fiscal tarefa inexecutável, ou seja, do jeito que está, torna impossível fiscalizar e que, nesse caso, é preciso manter o veto. / **José Carlos Amaral:** — Registra que o autor da emenda já concordou com o veto. / **David Alberto Lóss:** — Justifica a necessidade de aprovar os vetos apostos às Emendas 40, 44 e 59, segundo o entendimento do Legislativo. / **José Carlos Amaral:** — Pede que o restante das emendas seja votado em bloco diante da concordância dos autores quanto ao veto. / Posto em votação o **Veto às Emendas: Aditivas 07/2015** (Acrescenta o inciso III ao artigo 16) e **44/2015** (Adiciona os incisos VI e VII ao artigo 24, acrescentando à composição da junta um representante do CRC e um da FAMMOPOCI), **Supressiva 40/2015** (Suprime o artigo 11) e **Modificativa 59/2015** (Altera o início de vigência do Código) **foi mantido** por unanimidade dos presentes. / **Segue justificativa de voto.** / **David Alberto Lóss:** — Elogia o que classifica como postura elegante do Vereador Jonas Nogueira, autor de algumas dessas emendas, ao concordar com o veto do prefeito. Diz ao Vereador Jonas que não se preocupe,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”

